



- QUEM SOMOS ▾
- EDITORIAIS ▾
- REPORTAGEM ▾
- ARTIGOS
- EDIÇÕES ▾
- ESQUINAS
- TRANSPARÊNCIA





Raiz quadrada de inflação mais desemprego

Jornal da Universidade / 16 de dezembro de 2021

Artigo | Mauricio Andrade Weiss, docente do Departamento de Economia e Relações Internacionais, faz uma apreciação do contexto que levou à atual recessão técnica na economia e aponta possíveis saídas

**Por: Mauricio Andrade Weiss*

**Foto: Flávio Dutra/JU*

O Ministro da Economia Paulo Guedes afirmou reiteradas vezes que a economia brasileira teria um crescimento em V (vê), isto é, após a súbita queda, a economia iria se recuperar e a partir de então iria decolar. No dia em que foi divulgado o resultado negativo do PIB do terceiro trimestre de 2021, o referido ministro afirmou que “o Brasil está decolando de novo”. Essa afirmação ocorreu no contexto de recessão técnica, a qual se configura quando o PIB registra dois trimestres seguidos de crescimento negativo.

Em termos de previsão, o último Boletim Focus apontou um crescimento de 4,71% em 2021. Caso se confirme, isso significa que, no acumulado de 2020 e 2021, o crescimento será de apenas 0,59%. Para 2022, o relatório prevê um crescimento de 0,51%. Ou seja, mantidas essas previsões, o crescimento do país se assemelha a um formato de raiz quadrada, já que, após a recuperação econômica da economia, a dinâmica do PIB é de estagnação.

A compreensão do fraco desempenho do PIB brasileiro fica ainda mais evidente ao se comparar com outras economias. De acordo com o relatório de outubro do FMI para 2022, o mundo crescerá 4,9%, os países



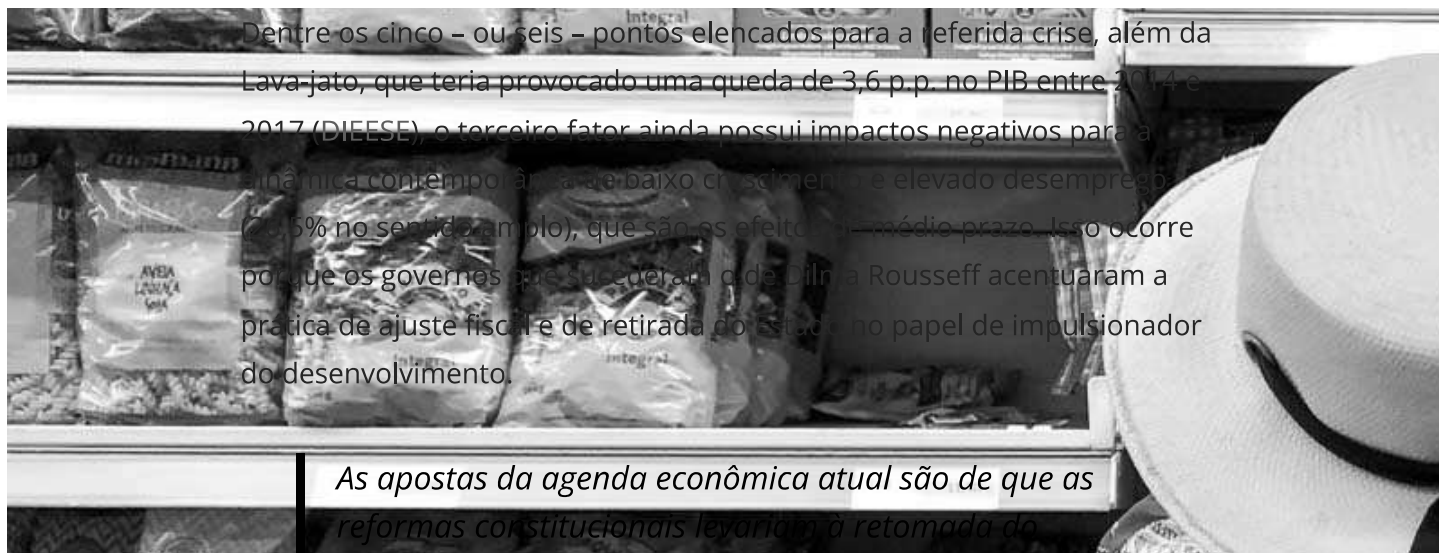
desenvolvidos, 4,5%, e os países emergentes e em desenvolvimento, 5,1%. A América Latina terá o menor crescimento de todas as regiões: 3% puxada para baixo pelo crescimento do Brasil (1,5%) – número semelhante ao do Reino Unido no mesmo período, que prevê um crescimento de 4,57%.

Com intuito de melhor entender a baixa dinâmica recente do PIB brasileiro, são fundamentais uma comparação estrutural de longo prazo, outra de médio prazo e uma conjuntural. Na perspectiva de longo prazo, vê-se uma deterioração significativa no crescimento ao se comparar o período em que predominou a orientação do “Estado em prol do desenvolvimento”, de 1930 a 1980, cuja taxa foi de 6,31%, com o período posterior, que entre 1981 e 2004 registrou 2,12% (ver Dathein).

A combinação de um cenário externo favorável com políticas de distribuição de renda, investimento e financiamento público, entre outras, possibilitou aos governos Lula alcançar a média de 4%. Limitando ao período em que Mantega, mais desenvolvimentista, se manteve no Ministério da Fazenda, essa taxa sobe para 4,47%. Durante o primeiro Governo Dilma, contudo, já se observa uma desaceleração na taxa de crescimento, registrando 2,1%, patamar quase idêntico ao do período de 1981 a 2004 referenciado acima. Analisando todo o período em que Mantega se manteve na Fazenda, a taxa média foi de 3,52%. Excluindo 2014, a taxa sobe para 3,90%.

O leitor pode se perguntar: mas por que retirar 2014? Pelo impacto negativo da Lava-jato sobre a atividade econômica, que, de acordo com Weiss, Saviani Filho e Aguiar Filho, foi um dos cinco fatores que levaram à crise econômica de 2015 e 2016: (1) Administração macroeconômica; (2) Crise externa; (3) Ajuste fiscal; (4) Lava-jato; e (5) Crise política. Ainda se pode incluir as manifestações de 2013 (ver Moreira). Outra perspectiva complementar é de que a combinação da elevação do salário mínimo com a apreciação prolongada do real reduziu a competitividade da indústria (Oreiro e Paula) e a taxa de lucro, o que, por sua vez, potencializou a crise política (Marquetti, Hoff e Miebach).

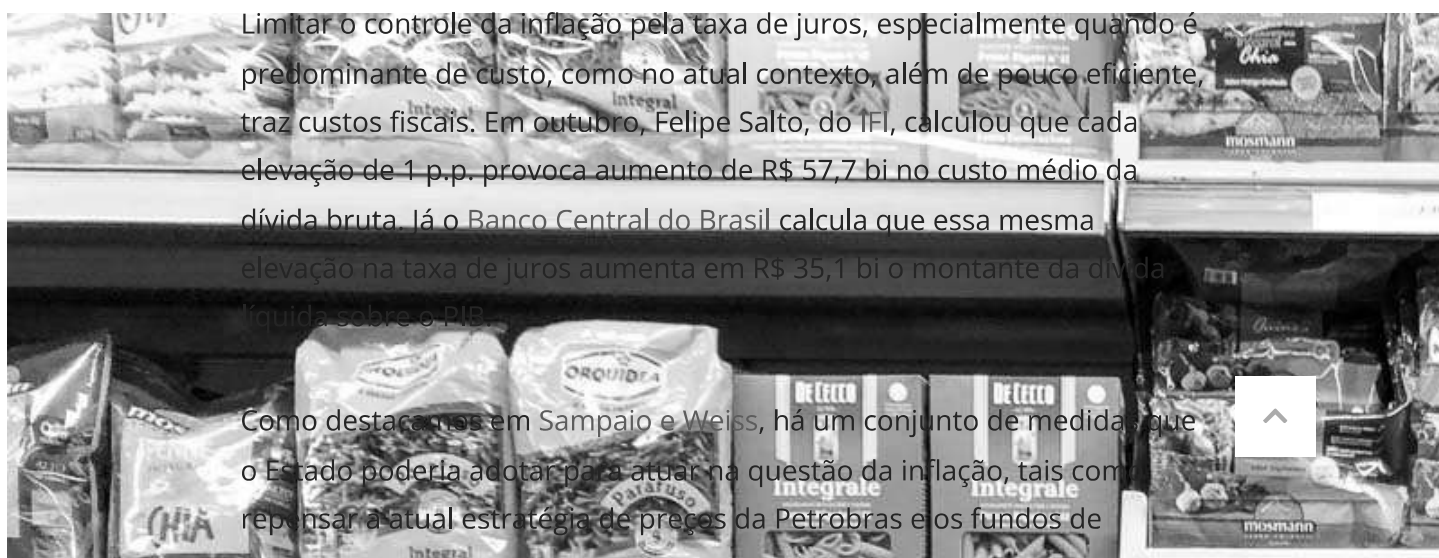
A perda de dinamismo industrial é um aspecto estrutural importante, e a sozinha não é capaz de explicar os motivos de a economia ainda não ter conseguido recuperar o patamar pré-crise: comparando o PIB de 2019 com o de 2013, observa-se uma queda 1,94 ponto percentual (p.p.)



Dentre os cinco – ou seis – pontos elencados para a referida crise, além da Lava-jato, que teria provocado uma queda de 3,6 p.p. no PIB entre 2014 e 2017 (DIEESE), o terceiro fator ainda possui impactos negativos para a dinâmica contemporânea de baixo crescimento e elevado desemprego (20,5% no sentido amplo), que são os efeitos de médio prazo. Isso ocorre porque os governos que sucederam o de Dilma Rousseff acentuaram a prática de ajuste fiscal e de retirada do Estado no papel de impulsionador do desenvolvimento.

As apostas da agenda econômica atual são de que as reformas constitucionais levarão à retomada do crescimento econômico e do emprego. Isso foi o prometido em todas as reformas já aprovadas. Outra promessa de crescimento é por meio das privatizações. Como o crescimento nunca vem, a solução é continuar reformando e privatizando, até que não se tenha mais as garantias de bem-estar social propiciadas pela Constituição de 1988 e de mecanismos de promoção do desenvolvimento pelo Estado.

Por fim, os efeitos conjunturais que dificultam a retomada do crescimento, tal como, dentre outros, a redução real das transferências de renda em R\$ 11 bi para 2022 (ver Amaral), teriam origem na elevação da inflação – essa sim está decolando, afinal o IPCA atingiu 9,26% no acumulado do ano até novembro – e no crescimento da taxa básica de juros, que chegou a 9,25% ao ano – e com evidências para ao menos uma nova alta de 1,5 p.p. A combinação de ambas enfraquece os principais canais de crescimento do último trimestre, que são a construção civil (3,9%), pela perspectiva da oferta, e o consumo das famílias (0,9%), pela perspectiva da demanda.



Limitar o controle da inflação pela taxa de juros, especialmente quando é predominante de custo, como no atual contexto, além de pouco eficiente, traz custos fiscais. Em outubro, Felipe Salto, do IFI, calculou que cada elevação de 1 p.p. provoca aumento de R\$ 57,7 bi no custo médio da dívida bruta. Já o Banco Central do Brasil calcula que essa mesma elevação na taxa de juros aumenta em R\$ 35,1 bi o montante da dívida líquida sobre o PIB.

Como destaca nos em Sampaio e Weiss, há um conjunto de medidas que o Estado poderia adotar para atuar na questão da inflação, tais como repensar a atual estratégia de preços da Petrobras e os fundos de



estabilização para os preços de energia elétrica, a retomada dos estoques de alimentos, entre outros. Nesse sentido, o Estado deve assumir um papel central tanto para a recuperação da economia e consequentemente do mercado de trabalho quanto para conter a aceleração da inflação.



Foto: Flávio Dutra/JU



Mauricio Andrade Weiss é professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS.

As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.





Privatizações e o mito da maior eficiência do privado

Os preços e a inflação na pandemia



“A pandemia chega em um corpo de trabalhadores completamente desprotegido”,

INSTAGRAM

EDIÇÃO IMPRESSA

CONTATO



Jornal da Universidade



Câmpus Centro – Av. Paulo Gama, 110 |

Reitoria – 8. andar | Bairro Farroupilha |

Porto Alegre | Rio Grande do Sul |

CEP: 90040-060

Telefone: 3308.3497

Whatsapp: 3308 3368

Horário: Segunda-sexta: 9h

jornal@ufrgs.br

*IMPORTANTE: durante o período de quarentena em função da pandemia do Coronavírus, a equipe do jornal está trabalhando remotamente com





Your reading en



View more magazines



